Geografia social e ontologia: do fato geográfico ao Espaço social

Jahan Natanael Domingos Lopes[1]

RESUMO

Ao passo de compreender a geografia social pela perspectiva ontológica, perscrutou-se, com mais ênfase, dois conceitos: o fato social e o Espaço social. O fato geográfico, enquanto acometimento social ao indivíduo, sustentado pelo lugar e originado pela paisagem, refere-se a espacialidade social do Espaço da sociedade, ou, no conluio, na socialidade espaciológica. Dessa forma, tem-se que, na relação social e na espacial, afigura-se na intersubjetividade (da linguagem) com a interobjetividade (das entidades), uma fundamentação ontológica da experiencialidade socioespacial fundamentando os fatos geográficos na suspensão Terra à sua ontologia: o Mundo. Enquanto base para se pensar a geograficidade social, estima-se refletir sobre a fundamentação existencial no conceito-percurso de habitação-trabalho, atribuindo-lhe entrelugares e extralugares em sua abertura. Isto é, na habitação (telúrica) e na terrena (cultivação e edificação), tem-se, consoante-evocativo, a abertura da experiência de trabalho (rumo à alimentação, abrigo e circulação), fomentando a ligação existencial. Evoca-se, no Espaço social, uma dinâmica entre o nomadismo – de fortes relações sociais – e de sedentarismo que, enfraquecidas, ressalta o caráter territorial enquanto fundamento desse Espaço social que engloba, tanto o homem social quanto o homem superior e o homem vil. Os lugares, pois, na situação capitalista, ressaltam o prático-inerte, os objetos, já que, não raro, conhecem-se mais lugares que humanos, sendo eles o sujeito. Assim, a fluidez do território clama pela viscosidade dos lugares. Tem-se, por fim, a geografia social perscrutada em sua epistemologia pela ontologia.

Palavras-chave: Pensamento geográfico; Geografia existencial; Ontologia; Sociedade.

Social geography and ontology: from geographical fact to Social space

ABSTRACT

Instead of understanding social geography from the ontological perspective, two concepts were more emphasized: social fact and social space. The geographical fact, as a social involvement to the individual, sustained by the place and originated by the landscape, refers to a social spatiality of the Space of society, or, in collusion, in space-based sociality. Thus, it is found that, in the social and spatial relationship, it appears in the intersubjectivity (of language) with the interobjectivity (of the entities), an ontological foundation of sociospatial experiality basing the geographical facts on earth suspension to its ontology: the World. As a basis for thinking about social geographicality, it is estimated to reflect on the existential foundation in the concept-path of housing-work, attributing it between seats and extraplaces in its opening. That is, in housing (telluric) and in the terer (cultivation and building), there is, consopending-evocative, the opening of the work experience (towards food, shelter and circulation), fostering existential connection. In the social space, a dynamic between nomadism – of strong social relations – and of sedentary lifestyle is evoked, weakened, it emphasizes the territorial character as the foundation of this social space that encompasses both the social man and the superior man and the vile man. The places, therefore, in the capitalist situation, highlight the practical-inert, the objects, since, often, more places than humans are known, being the subject. Thus, the fluidity of the territory cries out for the viscosity of the places. Finally, there is the social geography peered into its epistemology by ontology.

Keywords: Geographical thinking; Existential geography; Ontology; society.

[1] Graduando na licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Introdução

> *a geografia social se define como a disciplina de ciências sociais que contribui para a compreensão das sociedades, atuais ou passadas, através do estudo dos espaços por elas produzidos, utilizados, praticados, organizados e administrados, de acordo com suas necessidades, planos, ideias e mesmo seus sonhos e utopias.*[2]
>
> *(Hérin, 1999, p. 131, tradução nossa)*

Pensar em uma geografia social é uma pauta cada dia mais frequente, como projeta Frémont (2001, p. 14, tradução nossa): "a geografia social não é mais uma disciplina entre outras. Mas vale a pena desenvolvê-la. No século XXI, ela será simplesmente a própria geografia "[3]. Ainda que possa ser um problema, quando desmedido e desembasado, abrir predicações na geografia e concebê-la como uma nova disciplina, tratar-se-á, a geografia social como uma área em curso de desenvolvimento. Dessarte, pode-se entrar nesse campo pelo ponto em que alerta Hartshorne (1978, p. 66), "verificamos não saber quais os elementos da natureza que têm de ser examinados até possuirmos um completo conhecimento das reações psicológicas e sociais. [...]" por isso, "Cumpre analisarem-se, em primeiro lugar os processos humanos e sociais, como se faz nas Ciências Sociais, antes de se pensar em relações com a natureza ". Considera-se, então, na geografia, a partir da relação entre o homem e a natureza, a importância de entender o homem e, mais, a humanidade em sua dinâmica psicossocial para, em sua disposição terrena (ôntica) e mundana (ontológica), chegar-se à natureza. À guisa histórica, em 1920, destacava Vianna (1959, p. 163) a existência da " 'antropogeografia' dos alemães, a 'geografia social' dos franceses, a 'geografia humana' dos ingleses ou aquilo que os americanos chamam, com muito maior felicidade, a 'ecologia humana' ". Entre tantos percursos, objetaliza-se, neste trabalho, embarcar em um deles: no da geografia social, visando, na perspectiva epistêmica, aos dimensionamentos ontológicos dessa orientação. Esclarece-se, neste passo, que o engajamento, rumo a uma construção de geografia social atual, já está em curso, sobretudo na França desde a década de 70, como se pode destacar no estudo de Bautes *et* Chirot (2012, p. 12-13, tradução nossa) ressaltando, inclusive, que, cada vez mais, a sociologia interliga-se com a geografia, haja vista, a globalidade. Contudo, há a proposição de que: "Em contato com o campo, demonstrando a vontade de produzir um discurso acessível ao maior número, a geografia social não necessariamente reconsidera a produção teórica "[4]. Por este ângulo, marca-se um impasse. Sem

[2] Tradução de: "la géographie sociale se définit comme la discipline des sciences sociales qui contribue à la connaissance, à la compréhension des sociétés actuelles ou passées par l'étude des espaces qu'elles produisent, utilisent, pratiquent, tentent d'aménager et de gérer en fonction de leurs besoins, de leurs projets, de leurs idées, voire de leurs rêves et de leurs utopies . "

[3] Tradução de: "la géographie sociale n'est qu'une discipline parmi d'autres. Mais elle vaut la peine d'être développée. Au XXI ème siècle, elle est tout simplement la géographie ellemême".

[4] Tradução de: "En prise avec le terrain, affichant la volonté deproduire un discours accessible au plus grand nombre, la géographie sociale ne renonce pas pour autant à la production théorique."

uma epistemologia coerente e conhecida, ter-se-ia um horizonte aberto para vicissitudes e perversidades, pois, na ligação entre ciências sociais e geografia, muitos são os caminhos, os quais é necessário conhecer com profundidade antes de tomá-los.

No caminho de Frémont (1984, p. 70, tradução nossa) observa-se: "A crescente autonomia dos fatos sociais sobre os fatos geográficos impõe mudança de perspectiva, essa mudança de hábitos"[5]. O autor, ao pensar na relação sociedade e Espaço, orientada tanto na perspectiva histórica quanto na presente, considera fundamental o papel da imaginação, da sensibilidade, do afeto e, sobretudo, dos julgamentos que os indivíduos produzem, praticam e representam. Disso, orienta-se que: "Em todas as sociedades [...] a mútua dependência entre os homens é tão grande que raramente uma ação humana é totalmente completa em si mesma ou se realiza sem alguma referência às ações dos demais", ainda, "constituindo, assim, em requisito necessário para que possa responder por completo à intenção de quem realiza ". (HUME, 2019, p. 97). Prospecta-se, ademais, um horizonte de confronto entre o "fato" (que independe do indivíduo, mas do coletivo) frente ao intencional do homem na sociedade.

Ainda, na relação entre geografia e sociologia, não só há, como supracitado, diversas posições geográficas frente à sociologia, mas a recíproca também se verifica, como informa George (1969, p. 17): "sociologia rural, sociologia industrial, sociologia urbana, sociologia religiosa, sociologia do direito, sociologia da vida cotidiana, sociologia da vida moral... ou sociologia das catástrofes... ". Observe-se, o fato de as predicações serem análogas aos dimensionamentos prospectados também para a ciência geográfica com o acréscimo da dimensão natural à geografia, fermentando uma visão mais diversa acerca da espacialidade – "o espaço aparece ao mesmo tempo como criação humana e dado natural" (GEORGE, 1969, p. 31) –, tanto telúrica quanto mundana. Essa conexão destoa-se, da geografia que abre a ontologia espacial da sociologia e da sociologia que abre a ontologia social do geográfico, uma formulação que permite, em mútua permeação de permuta, a objetividade (espacial-social) à subjetividade (social-espacial) – em uma unicidade fenomenológica – verdadeiramente humana, isto é, "o orgulho dos matemáticos é imenso, mas a liberdade e o bem-estar dos homens não devem ser sacrificados. E cabe aos sociólogos e geógrafos que, através de seus estudos, se tornaram particularmente conscientes das realidades e perigos, afirmar este princípio com toda sua força ". (GEOGE, 1969, p. 190). Encontra-se ainda mais ratificação para a importância de se perscrutar constantemente a interligação entre esses dois campos científicos, visando, pois, à socialidade espaciológica.

[5] Tradução de: "L'autonomie croissante des faits sociaux par rapport aux faits géographiques impose ce changement d'optique, ce bouleversement des habitudes."

No estudo da geografia social, Frémont (1984, p. 90, tradução nossa) define-a como uma ciência da organização espacial das sociedades humanas: “a geografia social parte da constatação de que os fatos sociais são, por suas localizações e suas manifestações, dimensões espaciais, são fatos geográficos que incluem aspectos sociais que contribuem para sua compreensão e evolução ”[6]. Tal leitura de geografia histórica unida à sociedade, associa-se a uma visão mais ampla construída pelo magrebino do século XIV, Ibn Khaldun (1958, p. 208) que entende a sociedade a partir da importante questão: “Temos dito da vida sedentária, que é posterior à vida errante dos Nômades, servindo-lhes esta de tronco onde a Civilização nasceu e desabrochou. Pedimos ao leitor que medite sobre a importância deste fato ”. Ao orientar-se esse fato como geográfico, pensa-se que, na situação nômade, as relações sociais possuem vínculos muito mais fortes por enfrentarem coletivamente as adversidades da natureza, entretanto, com a mudança para viv(exist)ência sedentária o modo de ser social deteriora-se, as relações liquefazem-se e ratifica-se o mal-estar da sociedade (BAUMAN, 2001; FREUD, 1974). Disso, há o entendimento do modo de ser social em intensidade, cujo sedentarismo é o fato basilar de suas corrosões.

Perspectiva-se, portanto, rumo à posição de Di Meô (2016, p. 1, tradução nossa) que, “A geografia social leva em consideração as diferentes formas de estruturação do espaço, mas também suas experiências pelos seres humanos socializados que o produzem ”[7]. O mesmo autor continua: “Este é um estruturalismo construtivista e humanista que instala a mecânica das relações sociais e espaciais ao montante das formas culturais que produz ”.[8] Liga-se, pois, a um projeto que se desenvolve na preocupação da geografia humanista em aprofundar a sociedade, abrindo a experiencialidade rumo a uma compreensão socioexistencial. Em direção à “geografia existencial” no estudo da esfera social, dever-se-ia dar atento à preocupação com o “existir”, sobretudo com a existência que se vincula necessariamente em duas dimensões dadas na confluência com Heidegger (2015): o ser-em e o ser-com; o primeiro, assentando a propensão terrena e o segundo, a suspensão mundana. Ao tomar-se a discussão platônica entre as coisas e as palavras, visa-se ao ser-em enquanto a interobjetividade das entidades e ao ser-com enquanto a intersubjetividade da linguagem. Diz-se isso haja vista a geografia social – nessa predicação do social – impulsionar o modo de ser social, a sociedade que, ontológico, perscruta uma via humanista experiencial-existencial.

[6] Tradução de: “la géographie sociale part de la constatation queles faits sociaux ont, par leurs localisations et leurs manifestations, des dimensions spatiales et queles faits géographiques comportentdes aspects sociaux qui concourent à leur compréhension et à leur évolution.”

[7] Tradução de: “La géographie sociale tient compte des différentes formes de structuration de l’espace, mais aussi de ses vécus par les êtres humains socialisés qui le produisent.”

[8] Tradução de: “Il s’agit d’un structuralisme constructiviste et humaniste qui installe la mécanique des rapports sociaux et spatiaux en amont des formes culturelles qu’elle produit.”

Com isso, a espacialidade abre a Terra (ente) que se suspende na temporalidade do Mundo (ser) com margem ainda, pela nadidade, ao Universo (nada) como contradição interna de ambos (LOPES, 2021). Pensar, pois, o social, nesse entremeio, está entre os objetivos a serem compreendidos neste estudo, que se propõe a abrir a perspectiva da geografia social, tanto em seus conceitos quanto nas relações para com uma geografia da sociedade. Com isso, tem-se a importância de expandirem-se conceitos como fato geográfico e Espaço social para se conceber a dimensão socioespacial, além de se aventurar no que tange à importante análise do modo geográfico de ser social. Encaminhar-se-ão, pois, essas facetas a fim de possibilitar a continuidade via sistematização e exegese dessa devir área.

Fato geográfico

> *a origem do fato geográfico, o intermediário obrigatório entre a Natureza e o homem, poderia ser chamado, segundo uma expressão geral cara a Henri Bergson, 'a direção da atenção', e é ainda um fator psicológico que atua como intermediário entre a Natureza e o homem, quanto às consequências sociais, históricas, políticas, que são seu seguimento. Destas casas aglomeradas em vilas e aldeias, desta aproximação, deste ajuntamento de habitantes nas ilhotas ou penínsulas, nascem hábitos de vida citadina, vida social, e sem dúvida também um certo temperamento político, que não deixa de estar em relação com a forma concentrada.*
>
> *(Brunhes, 1962, p. 438)*

À guia de construção do arcabouço conceitual da geografia social, tem-se um leque em dupla-mútua formação, social e espacial, já que, "cada formação social é ao mesmo tempo formação espacial" (BERNARDES, 1995, p. 241), tecendo uma dinâmica socioespacial. Desse modo, adentra-se em um campo, um tanto incerto disciplinarmente, devido à sua evidente multidisciplinaridade. Em uma simpática crítica, Lévy (2015, p. 22) alerta à possibilidade de poder "se perguntar se 'social' quer dizer 'em relação com a vida dos homens em sociedade' — e nesse caso 'geografia social' quer dizer simplesmente 'geografia humana' e quer dizer, claramente, 'geografia'... — ou se tratar-se-ia da intersecção entre geografia e sociologia [...]? " Esse caminho – interrelacionar geografia à sociologia – permite uma mútua e benéfica penetração, embora o cotejamento dessas duas ciências seja verdadeiramente desafiador, haja vista ambas já serem muito desenvolvidas em suas perspectivas de correntes, autores e conceitos. Contudo, essa simbiose científica entranhada permite um horizonte novo e arejado para se pensar ambas as ciências juntas, aglutinando um pouco de cada, no diferencial de pensar a espacialidade socialmente e a sociedade espacialmente – ou melhor, a socialidade espacial do Espaço social. Pondera-se, ainda, que se "na França, a 'geografia social' fez recentemente um movimento em direção aos sociólogos, anteriormente e durante longo tempo, ela permaneceu [...] receando, não sem razão, não sobreviver face ao contato com uma sociologia

dotada de um excelente instrumental teórico ". (LÉVY, 2015, p. 25) Nesse percalço, necessita-se, ainda que introdutoriamente, de tatear-se o arcabouço já produzido, pensando em percursos de ampliação e de interligação.

Dos conceitos a serem abertos, toma-se o fato geográfico como primeiro a ser alicerçado, marcando o primeiro horizonte rumo para "o lugar geográfico, melhor dizendo, o fato geográfico, resulta de uma qualificação do espaço terrestre ". (SANTOS, 1986, p. 95). Assim, a Terra em sua teluricidade, marca a entidade originariamente perscrutada para pensar a espacialidade do fato geográfico. Da Terra ao Mundo, horizonta-se a suspensão do fato geográfico que, enquanto lugar, atende que "a ação humana, na moldagem do espaço, tem por conteúdo as formas de relações que os seres humanos travam entre si no trabalho de construção de objetos geográficos (circulação, abrigo e alimentação) ". (SANTOS, 1986, p. 95). Destarte, produz-se a relação mundana do homem que tece no lugar os fatos que se geografizam na espacialidade; afinal, o Espaço é a abertura ao Para-si que a geografia Em-si concebe para a abertura do Mundo no entranhar do Universo nadológico (LOPES, 2021). O fato geográfico relaciona-se com a existência em sua espacialidade telúrica – indicando a "geograficidade" enquanto privilegiado, ainda que circunstancialmente, no convir social, fato geográfico (DARDEL, 2011, p. 1) –, dessa forma encontra-se um momento concreto, mas que se permite suspensão ontológica pelas entidades percebidas.

Com veemência, alude-se que "a instrumentalização do espaço, de forma monopolizada, explica a hierarquia social. [...] o fato geográfico é uma expressão política porque expressa em sua forma (de maneira codificada) um discurso ideológico ". (SANTOS, 1986, p. 96). Logo, o fato admite não apenas a interobjetividade do acontecimento, mas também a intersubjetividade de todas as coberturas possíveis de serem conduzidas pela intencionalidade das consciências, em unicidade, dos espíritos de grupos na linguagem, que tanto suspende quanto propende, ontologicamente. Assim, Santos (1986, p. 97) sustenta que, "o fenômeno geográfico não é um evento natural do espaço; ele é, sim, a expressão espacial de uma construção mental. Isto é, sob o ponto de vista geográfico, o que resulta da relação homem-espaço". Portanto, desse fato percebido espacialmente, na mente, não determinado pelo lugar, mas sustentado por ele, tira-o, então, da margem de possibilidades, dando-lhe o respaldo para as ações. Dessa forma, o homem relaciona-se com os fatos geográficos no agir da existência social da intersecção da lugaridade.

No acurar conceitual, Durkheim (1972, p. 11) distingue o caráter de *fato* pela independência quanto ao indivíduo, correspondendo-o a uma concretude existencializada, necessariamente, pelo modo de ser social, duplamente definido: "É fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou, ainda, que é geral ao conjunto de uma

sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter". Nessa concepção, o fato geográfico tem a mesma característica, pois ele é definido a partir da espacialidade com responsabilidade coletiva (como se lê na segunda definição), ainda que, ao passo ontológico, seja percebida pelo indivíduo (como se lê na primeira definição), influenciando-o. Na definição de Brunhes (1967, p. 99), o fato geográfico é associado às aglomerações humanas, "é fato geográfico pelo que exprime da natureza de uma região; é fato geográfico por suas relações, de aspecto e de posição, com suas circunvizinhanças imediatas ". Nota-se, nas citações brunhesianas selecionadas por Castillo (2017, p. 265), uma associação para com as críticas humanistas, no situar outros conhecimentos humanos além do científico e filosófico, por incluir nos fatos geográficos, a partir dos sociais, "sábios e artistas" – fornecendo, inclusive, uma estética do gênio fundada na espacialidade. Efetiva-se, assim, a possibilidade de compreensão da topofilia intersubjetiva como fato geográfico, quando Tuan (2012, p. 135) diz desse conceito que, "pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material ", ainda que, em outros momentos, o autor adira à subjetividade: "topofilia é o elo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico ". (ibidem, p. 19). Logo, a topofilia é um conceito que se adapta melhor na segunda definição durkheiminiana de "fato", embora, quando concebida em construção de geografia social, permita ser pensada como fato geográfico.

O fato geográfico, enquanto fato de espacialidade a partir da existência coletiva, sustenta um apelo da natureza de alimentação, abrigo e circulação, respectivamente, nessa necessária e cíclica sequência. Ratifica-se, essa consideração, com o pensamento de Aristóteles (S/D, p. 36): "assim como a política não faz os homens, e sim os emprega tais como a natureza os fez, do mesmo modo é preciso que a natureza lhes forneça, nos produtos da terra, do mar ou de outra proveniência, os primeiros alimentos ". Disso, entende-se que os discursos ideológicos mundanos estão a par das necessidades telúricas de sobrevivência. O "fato" da geografia é a socialidade espacial, em sua disposição com a vivência do homem, mesmo quando se deturpa a natureza com desmatamento e queimadas ou – na ação globalizante do capitalismo – faz com que os valores de deslocamento sejam maiores que os de produção, são, também, possíveis exemplos de fatos geográficos, pois são fenômenos que necessitam de Espaço para serem definidos socialmente. A natureza não se perde no fato geográfico, mas se torna, com sua alteração intencionada, espacialidade humana, ou ainda, a própria origem, como substrato ou insumo, da estruturação socioespacial dos fatos geográficos. A geograficidade social para com a transformação da natureza é, portanto, a singela e corrosiva relação que inicia os fatos da geografia.

Da natureza que dispõe a materialidade terrena (o solo, pedologicamente) e telúrica (da totalidade terrestre) fomenta-se na organização socioespacial da imaterialidade política de planejamento e gestão do estar coletivo do ser humano territorialmente. Cada soberano, historicamente, que deu continuidade a uma obra: "cada um deles usa de todos seus recursos para juntar operários e o maior número possível de braços para que, enfim, o projeto concebido inicialmente tome realidade e o edifício se erga perante os olhos de todos ". (KHALDUN, 1959, p. 208). Ademais, quanto ao desenvolvimento da urbanidade, projeta-se que, "a edificação das grandes capitais não pode ser executada senão mediante grande número de trabalhadores que se prestam ajuda mútua ". (KHALDUN, 1959, p. 205). O trabalho, pois, é um fato geográfico que deixa marcas, refuncionalizadas ou não, em formas espacializadas que aparecem à consciência abrindo experiências, inclusive, capitalizáveis, tal como as pirâmides do complexo de Gizé no Egito que, hoje, apela à mente na intenção de viajar para experienciá-las. Imerso nisso, há o consumo enquanto fato social, mas, fomentando a deslugarização de objetos, transpõe-se ao fato geográfico pelo desejo humano de lugarizá-los no pertencimento de suas casas, mesas, carros, memórias, imaginações etc. Assim, o trabalho coletivo, diacrônico ou sincrônico, multiescalarmente, coage a experiência enquanto fato socioespacial.

Não sem atenção aos percalços existenciais, na lucidez deste trabalho, atenta-se à crítica de Gadamer (2011, p. 509): "Numa época que a ciência penetra sempre mais decisivamente na *práxis* social, esta mesma ciência só poderá exercer adequadamente sua função social quando não ocultar seus próprios limites e as condições de seu espaço de liberdade ". Eis, pois, uma problemática: a da liberdade perante o fato geográfico. Na venda, pelo trabalho e na compra, pelo consumo da experiência concebem-se duas possibilidades de aberturas rumo a: uma liberdade autêntica ou a uma liberdade inautêntica. Nisso, tem-se "uma preocupação latente no pensamento de Sartre sobre a possibilidade de uma conversão da liberdade inautêntica que não reconhece a si mesma e perde-se nas atitudes da má-fé, para uma liberdade autêntica ". (WEIDMANN, 2018, p. 119). Dessa forma, a dupla possibilidade de liberdade individual qualifica uma entropia social contextualmente caótica que infere aos fatos uma dinâmica com evidentes limitações práticas.

No horizonte do fato geográfico, na espacialidade socialmente produzida e experienciada, tem-se o modo de ser social nas formas elementares de habitar: o urbano, construído (nas urbanidades) e o rural, cultivado (nas ruralidades). Distingue Heidegger (2018, p. 279): "No sentido de lavrar e cultivar, construir não é produzir. Por outro lado, a construção naval e a construção de um templo certamente fabricam seu próprio produto. O construir é, nesse caso, ao contrário de cultivar, um edificar. Ambos [...] estão retidos no construir original, o habitar". Logo, a Terra torna-se Mundo a

partir da suspensão que a mente humana faz, mas não sem a ação da corporalidade labutar habitando a Terra, dando humanidade às paisagens cultivadas e edificadas rumo à paisagem telúrica-mundana. Reitera-se, nessa historicidade humana, que: “A paisagem é, portanto, um conceito fundamental na gênese do fato geográfico: o lugar ”. (SANTOS, 1986, p. 97). É importante notar que a territorialidade, pelas hierarquias e escalaridades de poderes sociais, sob a organização social, introjeta na natureza a humanidade em fatos geográficos marcados na relação terrena (cultivar e edificar) e telúrica (habitação). Formam-se, assim, as paisagens rurais (cultivadas) e urbanas (edificadas), descontínuas (terrenas) ou contínuas (telúricas), no aguçar da geograficidade nas formas de existência entre a Terra e Mundo.

Nesse caminho, semelhantemente prospecta Santos (2014, p. 29): “Esta sociedade e ‘sua’ natureza, isto é, a porção da ‘natureza’ da qual ela extrai sua produção, são indivisíveis e, conjuntamente, chama-se ‘formação social’ ”. Pensar, pois, esse o rumo processual dessa formação constrange a relação com a formação espacial: “a tecnologia explica o espaço e este explica a sociedade, já que cada formação social é ao mesmo tempo formação espacial, onde o sistema de produção e reprodução social, a organização e a oposição de classes sociais estão materialmente impressos ”. (BERNARDES, 1995, p. 241). Destarte, comunga-se com o conceito de formação para pensar a paisagem; logo, nessa confluência de autores, tem-se que já “Besse, trazendo em cena também Brunhes (que atualiza Ratzel), e ainda Marx, defendem que a paisagem, aos olhos do geógrafo, é uma impressão das intervenções e interações humanas, mesmo no que se toma como ‘natural’; portanto, a paisagem é um artefato ”. (PEREIRA, 2006, p. 146). Ainda, conforme Pereira (2006, p. 146): “Assim, como impressão sobre um substrato, que possui certa plasticidade, o fato geográfico se apresenta como uma escritura, a superfície da Terra é escrita, e essa escrita é a paisagem ”. Alcançam-se, por conseguinte, na intertextualidade, os aspectos do fato geográfico multidimensionado na consumação do lugar por meio das capacidades cognitivas que elevam a visão natural para um aspecto conjuntamente trabalhado para configurar a paisagem geográfica, reverberando em um símbolo de poder – de grupo e de hierarquia – cujo modo de ser social, no prumo do espírito geográfico, realiza na Terra em concomitância à suspensão ao Mundo.

A dinâmica do fato geográfico leva a pensar o Espaço social, no trânsito de articular o conhecimento da geografia social em uma epistêmica que compreende tanto a parcialidade quanto a totalidade, isto é, enquanto o fato geográfico atende a lugaridade em suas articulações socioexistenciais de espacialidade no invólucro da experiencialidade livre (autêntica ou inautêntica), pruma trabalhar e habitar geograficidades sociais elementares. Ao passo de se pensar na concreção dos fatos

geográficos, tem-se o Espaço social como seu horizonte de acontecimentos, enquanto substrato agente, ator do geográfico à fatualidade social na epistêmica ao rumo socioespacial.

Espaço social

> *Em seguida, ao espaço feito e que se faz, aquele que é elaborado, o espaço que os técnicos de hoje submetem ao estudo dos geógrafos e sociólogos de amanhã. Admite-se em geral que uma participação dos geógrafos e sociólogos na preparação de sua elaboração tem sua utilidade, ainda mais que, salvo exceção, este espaço planejado não está projetado sobre um deserto, mas projetado sobre um espaço vivo e vivido.*
>
> *(George, 1969, p. 46)*

Prospectado o fato geográfico, saúda-se a importância de outro conceito de geografia social a ser perscrutado: o Espaço social. A tessitura desse conceito possui a elegância de conceber um duplo aspecto à geografia, desdobrando-a em ciência espacial e ciência social, mutuamente, escudando, na polarização predicativa da categoria "Espaço", uma espacialidade social e um Espaço da sociedade ou, no conluio permeado, na socialidade espaciológica. Desta forma, entende-se que: "O espaço social, delimitado e apropriado politicamente enquanto território de um grupo, é suporte material da existência e, mais ou menos fortemente, catalisador cultural-simbólico – e, nessa qualidade, indispensável fator de autonomia ". (SOUZA, 1995, p. 108). Na relação do Espaço social com o território – cultural-simbólico de enfática sumariamente política –, tem-se que, "se todo território pressupõe um espaço social, nem todo espaço social é um território: pensa-se no caso extremo de uma cidade-fantasma [...] o território não é substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando" (SOUZA, 1995, p. 97). Vincula-se, então, a noção territorial enquanto traquitana relacional das forças operantes no Espaço social, logo, equivocar-se-ia pensar na sociedade sem relações de poderes, já que o território catalisa e impulsiona, por espacialidade, a produção dos fatos geográficos – percorrendo todo o existir material, dentre esses a existência corporal –, na unicidade (Terra-Mundo) do material-existencial.

Politizada a discussão, considera-se a territorialidade enquanto modo de ser do meio socioespacial que, historicamente, entranha-se fortemente devido ao sedentarismo. Há muito, a relação política e sociedade é interligada. Aristóteles (S/D, p. 18) afirma que "o homem é naturalmente um animal político, destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem ". Assim, pensando na questão do homem fora da sociedade – o homem vil e o homem superior –, tem-se, analogamente, a definição de Nietzsche (2017) de super-homem, em que o homem superior age tanto contra o homem social quanto o homem vil. Nos arquétipos desse super-homem (citando

em conjunto das vicissitudes superadas), encontravam-se na caverna de Zaratustra: dois reis (da riqueza), um mendigo por opção (da gula), o papa destronado (da religião), um viajante (do sedentarismo), um ilusionista (da Verdade) e o mais feio dos homens (da vaidade). Entende-se, com isso, que superar a sociedade caminha de encontro com abandonar seus vícios. Quanto ao homem vil, pode-se prospectar, em uma acepção mais contemporânea, a psicopatia, ou, talvez, possa-se pensar na loucura, "ao longo de uma geografia semirreal, semi-imaginária, a situação liminar do louco [...] situação simbólica e realizada ao mesmo tempo pelo privilégio que se dá ao louco de ser fechado às portas da cidade: sua exclusão deve encerrá-lo; [...] seguram-no no lugar de passagem ". (FOUCAULT, 2013, p. 11). Entende-se, contudo, que essa situação de exclusão socioespacial, na atualidade, não acontece de forma tão delimitada, o lugar dos loucos – sobretudo, associando, no extremo intencional, os psicopatas – ronda o cotidiano, mas eles estão fora da sociedade ainda que espacialmente adentro dela, são funcionais, mas esvaziados de lugaridade. O louco: "É um prisioneiro no meio da mais livre, da mais aberta das estradas: solidamente acorrentado à infinita encruzilhada ". (FOUCAULT, 2013, p. 12). Assemelha-se, de outra forma, mas sob as mesmas conclusões, ao pensamento de Khaldun (1958; 1959; 1960), em que o nomadismo, enquanto forma de espírito de grupo natural da coletividade, fortalece o homem, enquanto o sedentarismo dilui as possibilidades de relações sociais – favorecendo, mutuamente, o homem vil e o superior –, cabendo às relações políticas permitirem a regulação do convívio humano, ainda mais difícil nesse horizonte sedentário. Não se precisa, no sedentarismo, dos outros, tal como se precisava no nomadismo. Citadinamente, as relações humanas acabam sendo imperativamente políticas, pois elas têm de ser, haja vista o convívio humano ser cada vez mais difícil, e, dessa forma, o território aproxima-se, singelamente, como configuração do Espaço social.

Da psicopatia vil ao desapego das vicissitudes pelo super-homem, indivíduos menos afetados pelos fatos sociais, tem-se que o Espaço social os inclui, sobretudo na política cotidiana, certamente porque: "Os homens estão necessariamente no espaço, conectados física e mentalmente a um espaço social concreto, mas estritamente não são parte do espaço. [...] resumir-se-á a uma matéria inanimada em si mesma, e dotada de um movimento que lhe é conferido do exterior, pela atuação dos atores sociais ". (SOUZA, 1986, p. 77). Complexifica-se ainda mais a noção; afinal, a associação com o território é uma questão consequencial da sociedade sedentária e viciosa – cuja vilania pode ser apologética (homem vil) ou repudiada (homem superior). Ontologicamente, deve-se aprofundar a questão, talvez originariamente, como afirma La Blache (1954, p. 276) aludindo que: "Estas civilizações rudimentares que nos reportam aos períodos arcaicos das nossas próprias civilizações, são já, não obstante, um ponto de chegada, um resultado de progresso, para os quais contribuíram

visivelmente a iniciativa, a vontade e o sentimento artístico ". Isso proclama a conjecturar que as civilizações são o ponto de chegada para se pensar sobre o que configura a sociedade hoje, não havendo grandes diferenças ontológicas de elementos, restringindo-se, sobretudo, as variações de intensidades socioespaciais.

Ser-em na sociedade nômade revela uma fluidez dos lugares, enquanto na sociedade sedentária há maior fixidez dos lugares. Na intensidade do movimento, quanto mais dinâmico, mais o lugar associa-se ao mundo globalizado, quanto menos, mais ao lugar da pausa. Ambos os casos reforçam o conceito sartreano de prático-inerte (SARTRE, 1960). O primeiro, pela diluição e o segundo, pela estagnação do homem em indivíduo. Ser-com, na sociedade nômade, é interagido por relações de necessidade existencial, enquanto na sociedade sedentária se é por uma relação de necessidade política, ditamizada pelos lugares em seu duplo aspecto de movimentação e pausificação (prático-inerte). Em concordância à psicologia do complexo geográfico humano, o desejo de pertencer (pelo ser-em) e o desejo de deslocar (pelo ser-com), afiguram relações da sociedade, uma espacialidade coletiva distinta conforme a distinção na relação sociedade e Espaço (LOPES, 2019). Se, no nomadismo amplia-se a noção dos lugares, no sedentarismo, amplia-se a de territórios. Está-se, pois, a pensar "enquanto relação social, uma das características mais importantes do território é sua historicidade. [...] mesmo que consideremos o território e a territorialidade um constituinte a todo grupo social, ao longo de sua história, é imprescindível diferenciá-lo na especificidade de cada período histórico ". (HAESBAERT, 2019, p. 82-83). Na situação socioespacialmente desigual do sedentarismo e com a territorialidade a intensificar o território como ditame do Espaço social, encontra-se a configuração prático-inerte do lugar, logo, afetando os fatos geográficos nas relações humanas, sobretudo de habitação e, nisso, de trabalho terreno (no uso do solo) e telúrico (na iteração de enraizamento efetivada na intersubjetividade, pela linguagem e da interobjetividade, das entidades terrenas).

Ao se pensar no Espaço social, tão logo se enfrenta uma posição que dinamiza a existência rumo a não permitir o sedentarismo pleno porque a abertura que a espacialidade permite é imperativa às tentativas de inertizar a humanidade. Assim, o processo de torná-la objeto do sujeito capitalista, por vias do consumo, "será sempre inacabado", adverte a liberdade rumo ao inautêntico. Isso se dá a partir de que: "A passagem do nomadismo pastoril à agricultura sedentária é o fim da liberdade ociosa e sem conteúdo, o princípio do labor ". (DEBORD, 2003, p. 104). Quanto ao fato geográfico, calcado nos lugares, tem-se, com mais detalhe, a posição de que: "A sociedade, ao fixar-se localmente, dá ao espaço um conteúdo pela ordenação dos lugares individualizados, encontra-se, por isso mesmo, encerrada no interior desta localização. O regresso temporal a lugares semelhantes

é, agora, o puro regresso do tempo num mesmo lugar, a repetição de uma série de gestos ” . (DEBORD, 2003, p. 103). Ao se tomar a transformação dos lugares enquanto horizontes que entranham uma fixidez-dinâmica, percebe-se que os fatos socioespaciais apropriam-se dessa qualidade, haja vista o território não permitir o lugar se aquietar, dando-lhe caráter intermediário que produz viscosidade na fluidez dos capitais e mercadorias.

O sedentarismo, na leitura khalduniana, torna luxurioso o homem, geometriza-o. Talvez isso ocorra justamente pela correspondência tão forte entre o sedentarismo e o assentamento dos lugares que retardam – na de multiplicidade processual – o movimento espacial (do ente) justamente por seu acelerar, na velocidade produtiva, temporal (do ser). A viscosidade homogeiniza a fluidez que heterogeiniza a viscosidade. Mesmo em Gadamer (2015, p. 330) em que: “Um horizonte não é uma fronteira rígida, mas algo que se desloca com a pessoa e que a convida a continuar a caminhar ”, o horizonte local acompanha a corporalidade em seu deslocamento. No entanto, há cada vez mais, no mundo globalizado, um menor deslocamento humano rumo a novos lugares e um maior dos objetos (tomado enquanto interação existencial ente-ser, objetal). Isso se deve porque o “controle ‘territorial’ visa, principalmente, à disciplinarização dos corpos, procedendo para isso a uma disposição ordenada no tempo e no espaço ”. (HAESBAERT, 2019, p. 151). Os objetos, neste contexto capitalista, via de regra conhecem mais lugares que os humanos. Conforme os objetos se tornam os sujeitos (enquanto existência ente-ser, humano), na sociedade capitalista, o movimento passa a ser muito mais característico deles; na ontologia do “prático inerte”, entende-se, pois, que a *práxis* mobiliza o inerte desmobilizando-se, “é o produto que designa os homens enquanto Outros, e que se constitui a si mesmo noutra Espécie, em contra-homem. É no produto que cada um produz sua própria objetividade, que retorna a ele como inimigo e o constitui como um Outro” (SARTRE, 1960, p. 224 apud SANTOS, 2013, p. 617). Logo, o Espaço social acopla os fatos geográficos nos lugares em uma dinâmica que os torna cedes do sedentarismo (de caráter fluido-viscoso), desvalorizando o homem para uma menor mobilidade às vivências em lugares distintos, restringindo-o ao percurso *habitação-trabalho* – conceito em aspecto existencial –, com cada vez menos, a partir dessa relação basilar, entrelugares ou extralugares.

Nessas vias, entende-se que “um espaço social inclui não somente a materialidade concreta, mas um conceito pensado e sentido – uma ‘experiência’ ”. (SCHMID, 2012, p. 103). Quanto ao homem, abre-se o caminho que penetra, pela experiencialidade, à concepção do mundo circundante em sua materialidade que o ceifa, no horizonte capitalista, na auto-objetificação pelo consumo sustentando o prático-inerte. Em outra forma, elucida-se o processo de relação da existência para com a realidade material a partir de que: “A materialidade *em si* mesma ou a prática material de *per si* não

possui existência quando vista a partir de uma perspectiva social sem o pensamento que os expressa e representa e sem o elemento da experiência vivida, os sentimentos que são investidos nesta materialidade ". (SCHMID, 2012, p. 103). Disso, entende-se que o fato geográfico, na dinâmica do material, afere ao ser humano uma bula a qual ele mesmo potencializou com sua experiência coletiva na interação da liberdade do indivíduo para com a do coletivo. Aqui finda-se o problema que permite compreender, brevemente, a relação da existência para com a materialidade em dinâmica do mundo capitalista – habitação-trabalho –, que, comumente, pelo prático-inerte, coage na liberdade do grupo, o indivíduo, a uma liberdade inautêntica, diluindo a experiencialidade da existência.

O Espaço social reúne, epistemologicamente, as categorias geográficas de forma a buscar compreender a sociedade que o constitui, sobretudo o território que conluie os lugares, e por meio deles, pluralmente e diversamente, os fatos geográficos. Com atento, "Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial' ". (HAESBAERT, 2019, p. 20). Destarte, percebe-se, novamente, a enfática ao territorial, sobretudo pelo sedentarismo que faz as relações políticas gestarem as relações sociais, tendo em vista que as relações humanas (da experiencialidade) na ampliação dos lugares em fluidez-viscosa (prático-inerte) rumam à habitação-trabalho.

Saindo um pouco da temática que atende melhor ao caráter humano, é-se interessante a seguinte menção: "Um campo bastante novo, entretanto, tem sido aberto, principalmente através do que alguns geógrafos anglo-saxões denominam 'Geografia dos Animais', um debate sério sobre as formas de incorporações dos animais ao espaço social ". (HAESBAERT, 2019, p. 50). Isso indica uma zona perigosa que pode tanger um antigo ou novo determinismo geográfico. Embora uma digna teoria geográfica dos animais ainda esteja em vias de fundamentação e seja de difícil construção, faz-se interessante ressaltar as tentativas, incentivar as cautelas e encorajar um avanço resiliente.

À guisa de construir as últimas considerações, tem-se entendido, epistemologicamente, que "as transformações sociais devem encontrar correspondência na adequação espacial, sem a qual não é viável a manutenção da estrutura social, o que justifica a consideração do espaço como uma variável significativa no estudo das relações sociais ". (BERNARDES, 1995, p. 241). Dito isso, entende-se o Espaço social em sua fundamentação contextual (do nomadismo ao sedentarismo) e a complexidade, a partir dessa relação socioespacial, dos lugares em fluidez-viscosa. Ao se refletir sobre a relação habitação-trabalho, enquanto ligação de dois fatos geográficos existenciais,

entendem-se, situacionalmente, os entrelugares e extralugares para a compreensão socioespacial adentro do Espaço social enquanto espacialidade social ao trânsito do Espaço da sociedade.

Considerações finais

Este trabalho perspectivou compreender a relação entre a geografia e a sociologia para penetrar a geografia social. Aquém da relevância multidisciplinar, apreende-se que o devido estudo teceu uma atitude epistemológica à guia ontológica na abertura de dois conceitos fundamentais dessa disciplina em devir: o fato geográfico e o Espaço social. O primeiro, mais raramente perscrutado; enquanto o segundo, cambaleando entre diversas perspectivações, incorporou diversos graus de abstração e totalização. Para destrinchar esses dois horizontes, orientou-se em uma perspectiva geográfico-humanista que considerasse privilegiar tanto a interobjetividade das entidades quanto a intersubjetividade da linguagem, tecendo sua interligação pela experiencialidade enquanto dinâmica social de percepção espacial e, assim, visionar a suspensão da Terra ao Mundo.

Dessa forma, tem-se o fato geográfico em sua perspectiva duplamente formativa, social e espacial, ao passo de se conectar – na instância do lugar, na abertura da experiência de trabalho (alimentação, abrigo e circulação) consoante-evocativo ao habitar (a Terra, cultivando e edificando) – em uma interligação desses dois fatos geográficos fundamentais no amálgama de percurso: habitação-trabalho. Seguidamente, apreende-se, epistemologicamente, o acoplamento de entrelugares e extralugares para se pensar a geografia social a partir dessa base. A questão envolta, acerca da existência, rivaliza com a do existir dos objetos (ente-ser) que assumem, cada vez, mais a posição de sujeito (ente-ser humano) sobretudo porque os lugares, dados pelo fato geográfico, geram uma desmultiplicidade processual ao movimento, espacial (ôntico), enquanto aceleram em velocidade produtiva, temporal (ontológica). Isso orienta o caráter de fluidez-viscosa dos lugares nos fluxos de movimentos de capitais. Nesse conceito, tem-se "fato" o qual está aquém do indivíduo, sustentado pelo coletivo; confrontando a liberdade coletiva com a liberdade individual, pensada esta em autêntica ou, sobretudo pelo prático-inerte, inautêntica. É o trabalho que conteúda a habitação, pois, transforma a natureza, na abertura de conceber a espacialidade social do Espaço da sociedade, em uma socialidade espaciológica.

Com isso, conduz-se ao Espaço social que, em uma perscrutação da historicidade humana, do nomadismo ao sedentarismo – enquanto enfática khalduniana –, tem-se que as fortes relações sociais nômades, comumente, enfraquecem conforme se tornam sedentários, logo, há mais homens vis e homens superiores imersos aos homens sociais. Esse recorte permite, e necessita, de uma maior prospecção, que induza os elementos que reforçam o espírito de grupo mesmo na sociedade

sedentária. Contudo, o interessante desse percalço é que as relações do sedentarismo tornam-se basilarmente políticas. Nisso, o Espaço social fundamenta-se em território para sua compreensão. Pensando, então, em uma leitura que coligue em um polo tanto a ciência social como a ciência espacial, abre-se uma dinâmica que, na interação dos fatos geográficos, inclui as lugaridades da existência que se relacionam nessa base, enfaticamente, territorial. Com isso, a experiencialidade possui caracterizações do seu funcionamento tanto no mundo nômade quanto no sedentário, fazendo, pois, a relação, de geograficidade social, do modo de ser socioespacial.

Construiu-se, pois, um trabalho que permite entender melhor a geografia social, sobretudo, a partir de uma perspectiva ontológica. Nessa área ainda jovem, muito há o que se aprofundar e espera-se, em especial, ter permitido bases para se pensar e questionar, no horizonte de possibilidades, essa geografia. Nisso, entende-se que a tentativa de contemplar diversos aspectos existenciais possui dificuldades, mas, oposto a pensar nas limitações de imbricar perspectivas distintas, tentou-se inspirar o pensar difícil para, com a coragem, caminhar para uma geografia existencial consistente.

Referências

ARISTÓTELES. **A Política**. Rio de Janeiro: Edições de ouro, S/D.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERNARDES, Júlia. Mudança técnica e espaço: uma proposta de investigação. ln: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro Bertrand, p. 239-270, 1995.

BRUNHES, Jean. **Geografia humana**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

CASTILHO, Cláudio. Jean Brunhes: a atualidade de um geógrafo do início do século XX. **Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais**. Recife, v. 6, n. 1, p. 253-272, 2017.

DARDEL, Eric. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Projeto Periferia, 2003.

DI MÉO, Guy. *Une géographie sociale*. **Cybergeo**: *European Journal of Geography*, *Les 20 ans de Cybergeo*, 18 out. de 2016.

DURKHEIM, Émile. "O que é fato social?" *In*: DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 6ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 8-11, 1972.

FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**: Na Idade Clássica. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FRÉMONT, Armand. *Introduction*. *In*: FOURNIER, Jérôme. ***Faire la géographie sociale aujourd'hui*.** Presses Universitaires de Caen: Caen, p. 9-14, 2001.

FRÉMONT, Armand *et al*. ***Géographie sociale***. Masson, Paris, 387 p., 1984.

FREUD, Sigmund. **Mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GADAMER, Hans. **Verdade e método II**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2011.

GEORGE, Pierre. **Sociologia e geografia**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Forense, 1969.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

HEIDEGGER, Martin. Construir, habitar, pensar. **Multitemas**, Campo Grande, v. 23, n. 53, p. 275-294, 2018.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 10ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
HÉRIN, Robert. *Pour une géographie sociale critique et responsible*. *In*: CHIVALLON, Christine; RAGOUET, Pascal; SAMERS, Michael. *Discours scientifiques et contextes culturels.* ***Maison des Sciences de l'Homme d'Aquitaine***. Talence, p. 129-139, 1999.
HUME, David. **Investigação sobre o entendimento humano**. São Paulo: Lafonte, 2019.
KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. São Paulo: Safady Ltda, v. 1, 1958.
KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. São Paulo: Safady Ltda, v. 2, 1959.
KHALDUN, Ibn. **Os prolegômenos ou Filosofia Social**. São Paulo: Safady Ltda, v. 3, 1960.
LA BLACHE, Paul. **Princípios de geografia humana**. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.
LÉVY, Jacques. Qual o sentido da Geografia Cultural? **Revista do Instituto de Estudos**. Brasileiros, n. 61, p. 19-38, 2015.
LOPES, Jahan. Complexo de Odisseu: uma geografia existencial do deslocar e do pertencer. São Paulo: **Boletim Paulista de Geografia**, n. 102, p. 48-62, 2019.
LOPES, Jahan. Geografia existencial: entosfera, ontosfera e nadosfera. **Geografia (Rio Claro. Online)**, Rio Claro, v. 46, n. 1, p. 1-22, 2021.
NIETZSCHE, Friedrich. **Assim falava Zaratustra**. São Paulo: Lafonte, 2017.
PEREIRA, Edir. Resenha. Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, p. 143-149, 2010.
SANTOS, Carlos. O fato geográfico. *In*: **Anuário do Instituto de Geociências** – UFRJ. Rio de. Janeiro, 1986.
SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.
SANTOS, Vinícius. Prático-inerte e alienação na 'Crítica da razão dialética' de Sartre. **Caderno de Resumos do XV Encontro Nacional da ANPOF**, São Paulo, p. 615-624, 2012.
SARTRE, Jean-Paul. ***Critique de la raison dialectique*** (*précédé de Questions de méthode*) – tome I: *théorie des ensembles pratiques*. Paris: Gallimard, 1960.
SCHMID, Christian. A Teoria da Produção do Espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP**: Espaço e Tempo (Online), n. 32, p. 89-109, 2012.
SOUZA, Marcelo. Espaciologia: uma objeção. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 10, p. 72-93, 1986.
SOUZA, Marcelo. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. ln: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo; CORRÊA, Roberto. **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro Bertrand, p. 77-116, 1995.
TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.
VIANNA, Oliveira. **Raça e assimilação**. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1953.
WEIDMANN, Artur. Da ontologia à moral: o problema da conversão da liberdade nos escritos de Sartre. 2016. **Tese** (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.